



É hoje! Julgamento do Dissídio Coletivo dos vigilantes do DF



O Sindicato dos Vigilantes do DF convoca toda a categoria para acompanhar no TRT10, esse julgamento.

Como já é sabido, a Campanha Salarial 2017 foi para Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho por intransigência de alguns empresários. Lembramos ainda que, diante do impasse, fizemos uma greve e a justiça a julgou ilegal. Alguns empresários insistiram em implantar o horista e por isso, não pudemos finalizar as negociações da nossa data-base.

Agora, com o julgamento, esperamos que finalmente tenhamos uma decisão favorável aos vigilantes. Não esquecendo que já estamos na luta da Campanha Salarial 2018.

O Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região (TRT10) incluiu o julgamento do Dissídio Coletivo da nossa data-base 2017 na pauta do dia 05/12/2017 (terça-feira) às 14 horas.

Fonte: Sindesv-DF

Relator(a):	Desembargador Andre Rodrigues Pereira da Veiga Damasceno	Colegiado:	1ª Seção Especializada
SUSCITADO(S):	+ SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEG E VIG DO DF + PARTES - ADVOGADO: POLYANA DA SILVA SOUZA		
SUSCITANTE(S):	+ SINDICATO DE EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA, SISTEMAS DE SEG + PARTES - ADVOGADO: GUILHERME GUEDES DE MEDEIROS		
215 Movimento(s) / Documento(s)			
⚠ Consulta processual realizada de acordo com a Resolução nº 121/2010 do CNJ.			
Data	Movimento / Documento		
28/11/2017 15:21:02	✓ Incluído o processo em pauta (05/12/2017, 14:00:00, 1ª Sessão/1ª Seção Especializada)		
24/11/2017 18:40:18	✓ Recebidos os autos para incluir em pauta		

São Jerônimo (RS) encerra primeira rodada de assembleias da campanha salarial

Com grande presença da categoria da região, que lotou o auditório da Câmara Municipal de Vereadores, o Sindivigilantes realizou ontem assembleia geral em São Jerônimo para discussão e votação da pauta da campanha salarial. Foi a última desta primeira rodada de assembleias, que teve encontros também em Porto Alegre, Camaquã, Santo Antônio da Patrulha, Santo Ângelo e São Borja.

Estavam presentes o presidente, Loreni Dias, a diretora Elisa Araújo e o apoio Eduardo Blauth. Estas assembleias correspondem à negociação com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio Grande do Sul (Sindesp), que tem abrangência para cerca de 370 municípios gaúchos.

Mas falta ainda a assembleia de Veranópolis, dia 09 de dezembro, para aprovar a pauta da negociação com o outro sindicato patronal, o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância da Região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul (Sinesvino), que negocia a Convenção Coletiva de Trabalho Veranópolis e Sarandi.

A pauta que foi apresentada pelo sindicato para discussão e que foi aprovada em todas as assembleias é a mesma. Foram recolhidas sugestões dos participantes que serão publicadas por nós na íntegra, tão logo o departamento jurídico faça a redação final do documento com todas elas.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Sinseg/GV-ES convoca categoria para protesto contra substituição de vigilantes por PM

O Sindicato dos Vigilantes da Grande Vitória (Sindseg/GV-ES) convoca os vigilantes da base para participarem de um ato de protesto contra a substituição de vigilantes por Policiais Militares (PM) da reserva. A manifestação será realizada na próxima quinta-feira (7), às 9h, com concentração em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Por ordem do governador, a Defensoria Pública, a UFES e a SEDU já estão realizando estudos para concretizar a substituição. Segundo dados do Sindicato, mais de 60% dos vigilantes poderão perder o emprego. “Não se trata apenas

da demissão dos vigilantes, mas também de toda estrutura de supervisão e administração das empresas”, afirmou o secretário Geral do Sindseg, Wellington Silva Oliveira.

“A única maneira de mostrar para a sociedade o que está acontecendo é essa manifestação. Temos alertado sobre esse problema desde 2006, mas só agora se deram conta da realidade. Essa luta é de todos nós, profissionais de segurança privada. Precisamos unir forças para barrar mais essa afronta”, concluiu Oliveira.

Fonte: CNTV

Bandidos rendem vigilante e explodem cofre de agência bancária em Camamu, baixo sul da Bahia

Este é o segundo caso de ataque a banco na cidade em dois dias.

Bandidos explodiram o cofre de uma agência do Banco do Brasil, em Camamu, baixo sul da Bahia, na madrugada desta segunda-feira (4). Este é o segundo caso de ataque a banco na cidade em dois dias.

De acordo com a Polícia Militar, por volta das 4h, homens em um veículo renderam o vigilante da agência e explodiram o cofre da unidade. Após a explosão, eles levaram o vigilante até Acaraí, localidade que fica cerca de 7km de Camamu, e de lá fugiram.

A PM informou por meio de nota que intensificou o policiamento na região de Camamu com equipes da 33ª CIPM, da Companhia Independente de Policiamento Especializado (Cipe)/Cacaeira, do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e de uma aeronave do Grupamento Aéreo (Graer) da

Corporação.

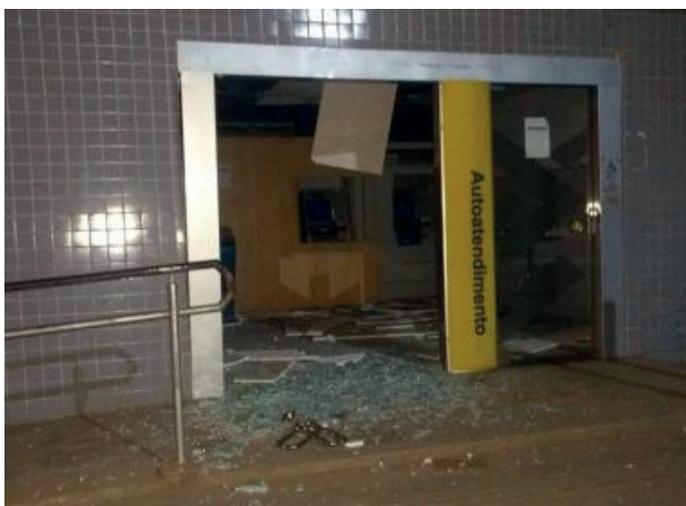
Ainda segundo a polícia, diligências são realizadas na região para localizar os autores do crime.

Primeiro ataque

Na madrugada do último sábado (2), uma quadrilha bloqueou saídas de unidades policiais e explodiu caixas eletrônicos de duas agências bancárias no município de Camamu, no baixo sul da Bahia. A ação provocou terror na região.

O ataque foi realizado por cerca de 20 homens fortemente armados, que ainda incendiaram veículos e fecharam um dos trechos da BA-001 durante a ação. Nenhum suspeito foi preso.

Fonte: G1



Primeiro Ataque: Agência ficou destruída após a explosão na madrugada deste sábado (Foto: Camila Oliveira/TV SantaCruz)

Ministro do Trabalho vai à Câmara explicar portaria do trabalho escravo nesta quarta (6)



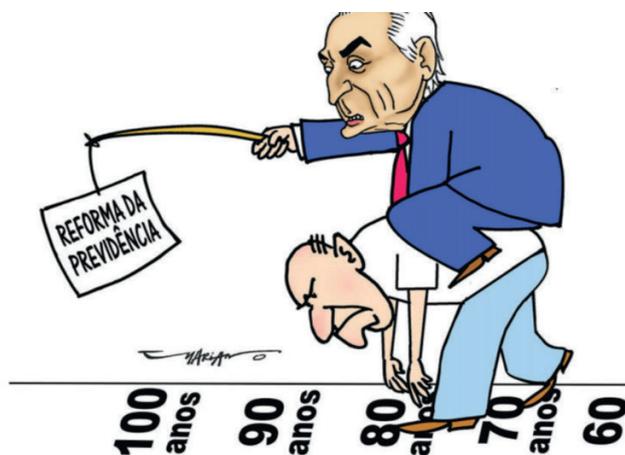
O **ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira**, vai à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), nesta quarta-feira (6/12), às 9h, para prestar esclarecimentos ao colegiado sobre a edição da portaria 1.129, que alterou os conceitos que definem o trabalho escravo no Brasil. O requerimento de convocação, transformado em convite por um acordo entre os parlamentares, é de autoria dos deputados petistas Vicentinho (SP) e Erika Kokay (DF).

“Segundo a portaria que introduziu as novas definições, a ‘jornada exaustiva’ e a ‘condição degradante’, para serem caracterizadas, dependem da privação da liberdade do trabalhador, em total afronta ao entendimento que prevalecia até então e aplicado conforme o artigo 149 do Código

Penal”, diz Kokay.

“Considerando, portanto, que as drásticas mudanças propostas mediante a aludida portaria concorrem para a precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, para a legalização do trabalho escravo no Brasil, ao dificultar o acesso à chamada lista suja da escravidão moderna, o que representa gravíssima afronta à legislação vigente e as convenções da OIT, faz-se necessário o comparecimento do ministro do Trabalho e Emprego perante esta Comissão, de modo que possa esclarecer as muitas questões acerca da supracitada portaria ministerial”, justifica a deputada.

Fonte: Ascom Deputada Erika Kokay



Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF